



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE PALMAS - TO
ATAIc 0000911-98.2021.5.10.0801
RECLAMANTE: PAULO ANTONIO DE LIMA
RECLAMADO: FEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO ESTADO DO
TOCANTINS

DECISÃO

RELATÓRIO

Embargos declaratórios apresentados pelo autor, ao argumento de que a sentença foi omissa quanto aos seguintes pontos:

"a) O efeito intra partes prolatado na sentença, se refere única e exclusivamente a pessoa física do Embargante ou se refere a chapa coordenada, formada e composta pelo Embargante?"

b) Os atos praticados pelo advogado sem capacidade postulatória trouxe prejuízos irreparáveis para o Embargante. Esses atos estão convalidados, mesmo impondo prejuízos ao Embargante?"

c) É possível que a COMISSÃO ELEITORAL composta por funcionários do sistema FAET/SENAR, subordinada funcionalmente ao atual Presidente da FAET e candidato à reeleição continue no processo eleitoral?"

Desnecessária a concessão de contraditório.

ADMISSIBILIDADE

Os Embargos são próprios, adequados e tempestivos.

Deles conheço.

FUNDAMENTAÇÃO

Não se verifica tecnicamente omissão no julgado embargado, nos pontos indicados, notadamente porque houve inúmeros pronunciamentos sobre o efeito *inter partes* da decisão liminar; o despacho de ID 0d414e9 fundamenta e resolve a questão da prejudicialidade dos atos praticados pela ré, sem procuração - com destaque para o fato de que, na sentença, há um tópico de questão processual (pedido de reconsideração) sobre esse ponto, que faz remissão ao mencionado despacho; houve

pronunciamento expresso sobre a falta de demonstração probatória de irregularidade do processo eleitoral da ré, inclusive em relação à nomeação da comissão eleitoral.

No entanto, para que a prestação jurisdicional seja o mais completa possível, presto os seguintes esclarecimentos:

ITEM “a”

Esclareço que, por óbvio, o efeito modulatório dado a liminar de ID 15448c0, revogada pela decisão de ID d4994a3, opera-se para a chapa que seria encabeçada pelo autor e não exclusivamente pelo próprio, até porque não existe chapa unipessoal.

Porém, como exaustivamente fundamentado, a modulação da liminar não se estende a um “grupo político”, tampouco ao filho do autor, pois tal modulação se trata de uma exceção à regra geral insculpida na súmula n.º 405, do STF. Até porque tal intento foge aos limites cravados pela causa de pedir e pedido, da petição inicial, onde o autor afirma, categoricamente, que é “*pretense candidato às eleições da FAET*”.

Por esse motivo a sentença fundamenta que: “*em réplica e em sucessivos pedidos de reconsideração, o autor tenta emendar a petição inicial – como se possível fosse – trazendo aos autos contextos de disputas entre “grupos” políticos e tentando elastecer o alcance de uma liminar revogada, para terceiro (“cabeça de chapa – Presidente), no caso, o seu filho PAULO ANTONIO DE LIMA SEGUNDO – vide documentos de IDs 7f67b88 e 6feb433*”.

ITEM “b”

Há expressa e cristalina fundamentação, no tópico de questões processuais (com remissão ao despacho de ID 0d414e9, no sentido de que:

As matérias postas nas decisões integrativas de ID 349a61b e fd4acf0 são de ordem pública, pois esclarecem pronunciamento judicial (liminar) que suspendeu por um período determinado o pleito eleitoral da requerida, portanto, por se tratar de matérias conhecíveis de ofício pelo Magistrado, não há falar em nulidade recursal, por ausência de representação, notadamente porque não houve prejuízo à parte autora. (grifos meus)

A representação processual da requerida foi regularizada no ID8e88eed, dessa forma, tenho por regulares os trâmites processuais (litiscontestação) eindefiro o pleito de “reconhecimento da incapacidade postulatória do advogado da Requerida, e conseqüentemente a nulidade de todos os atos processuais realizados”(ID 6b9bcc).

Tanto é assim, que independentemente dos embargos de declaração da ré (ID 1df24f2) a liminar já havia sido revogada, de forma que as decisões integrativas beneficiaram o autor e não prejudicaram, pois conforme acima fundamentado, a regra geral da súmula 405 traria a total perda de validade da liminar. O fato de o reclamante não ter exercido o direito de compor uma chapa e agora - com argumentos fora do limite da litescontestaç o - dizer que se trata de um “coordenador” de “grupo político” não o socorrem, pelo menos nestes autos.

ITEM “c”

Por fim, quanto ao item “c”, mais um vez destaco que não houve produção de uma única prova de irregularidade do processo eleitoral da ré, que se encontra totalmente de acordo com o estatuto da r , não constado na petição inicial pelo autor.

Aliás, também em relação ao ponto em análise, o autor apresentou uma petição inicial sucinta onde se limita a dizer que: *“além da ausência do compartilhamento de dados, convém destacar que a comissão eleitoral somente será nomeada após transcorrido o prazo de registro das chapas, ou seja, após iniciado o processo eleitoral propriamente dito. Ainda, segundo o art. 41, toda a comissão será nomeada pelo presidente atual –pretensio candidato   reeleição, segundo informações de filiados já contatados por ele”*.

Não há indicação de descumprimento do estatuto ou de real prejuízo, ainda que, depois, de forma extemporânea, o autor tente emendar a inicial com outros argumentos.

Por tais fundamentos, repiso que não há omissões no julgado (apenas inconformismos) e acrescento que, por mais que este Magistrado entenda a importância, aprecie e respeite a concorrência democrática, para interferência judicial no pleito de uma Federação tem de haver prova das irregularidades estatutárias ou legais, o que não ocorre no caso concreto, até porque, como dito, o autor sequer questiona a norma eleitoral (Estatuto), limitando-se a alegar prejuízos genéricos.

Assim, **acolho** os presentes embargos tão somente para prestar os esclarecimentos supra.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **CONHEÇO** dos embargos para **ACOLHÊ-LOS**, para prestar os esclarecimentos supra, tudo nos termos da fundamenta o, que fica integrando este dispositivo.

Intimem-se as partes, **via DEJT**.

Nada mais.

PALMAS/TO, 13 de agosto de 2021.

REINALDO MARTINI
Juiz do Trabalho Titular